



A agricultura, quer a tradicional quer a mais orientada para o mercado, tem um espaço grande de melhoria da sua produtividade. A cultura do arroz é um dos casos mais evidentes e essencial quer para reduzir a dependência do país das importações do cereal quer para aumentar os rendimentos dos agricultores e dinamizar a economia local. A distribuição de equipamentos pelo Governo é um passo na direção certa mas é necessário ter cuidado com as despesas recorrentes derivadas dessa distribuição.

(Foto: A. M. de Almeida Serra)

2.1 - A evolução recente da economia nacional

Introdução

Este é o último relatório cobrindo um ano completo de atividades da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste, entretanto transformada em Banco Central do país pela Lei 5/2011 de 15 de Junho. Com esta transformação deu-se também o fim da diferença entre “ano financeiro” (de 1/Julho de um ano até ao fim de Junho do ano seguinte) e os anos “fiscal” e “civil”, estes já coincidentes desde 2008.

Esta alteração vai facilitar o trabalho da nossa análise da evolução da economia nacional que aqui nos propomos fazer pois a maioria das estatísticas publicadas referem-se ao ano civil sendo, por vezes, difícil fazer análises que “partiam” o ano em duas metades, “herança” de uma prática introduzida pela administração do nosso país pela ONU a partir de fins de 1999.

O facto de a “Autoridade” passar a “Banco” levar-nos-á a dedicar algum espaço à análise das principais diferenças entre uma (pelo menos “esta”, com o seu Estatuto próprio que vem ainda do tempo da UNTAET) e outro (com uma Lei Orgânica aprovada este ano pelo Parlamento Nacional que vem substituir aquele Estatuto). Como veremos, sendo diferentes e dando atribuições e poderes mais alargados ao novo

Banco, as funções desempenhadas até agora pela “Autoridade” fazem dela uma instituição que, em certa medida, se pode dizer corresponder já, no essencial, a um Banco central.

A principal (e teoricamente relevante) diferença reside no facto de o Banco ter agora, se assim for julgado conveniente pelas autoridades nacionais com poderes para o efeito (nomeadamente o Parlamento Nacional), a possibilidade de emitir a moeda nacional própria do país, substituindo o dólar americano. Recorde-se, no entanto, que o Governo já declarou, quando divulgou os princípios gerais orientadores do desenvolvimento do país no longo prazo, que não tenciona alterar o actual *status quo* no horizonte temporal previsível --- que, não tendo um número preciso de anos não deverá, provavelmente, ser inferior a 7-10 anos, estimativa que, naturalmente, não vincula o Governo e o Parlamento nacionais.

Caixa de Texto 2.1

De Autoridade Bancária a Banco Central

A Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP) foi criada em 30 de Novembro de 2001 pela lei 30/2001. A ABP sucedeu ao Departamento Central de Pagamentos (DCP), criado pela ATNUTL (Administração Transitória das Nações Unidas para Timor-Leste) que administrou o país de Outubro de 1999 a 19 de Maio de 2002.

Tal como se pode ver no *site* da ABP na internet o objectivo central da ABP era “ser um banco central equipado com uma equipa profissional que luta para melhorar continuamente a qualidade dos [*seus*] serviços aos nossos parceiros de atividade *mantendo um sistema monetário que permita uma baixa taxa de inflação*; assegurar que os *sistemas de pagamentos sejam eficientes e eficazes*; promover um *sistema seguro e credível de instituições financeiras*; *disponibilizar informação* sobre as suas áreas de atividade; *realizar pesquisas e análises económicas* válidas; desenvolver as capacidades técnicas e organizativas necessárias”.

Isto é, a ABP teve como missões fundamentais promover e assegurar um sistema financeiro credível, com instituições financeiras sólidas (nomeadamente bancos), um sistema de pagamentos que desse confiança aos agentes económicos de modo a que estes desenvolvessem a sua atividade em prol do desenvolvimento económico do país e, na medida dos instrumentos que estavam ao seu dispor, assegurar a menor taxa de inflação possível.

As maiores limitações à atividade da ABP e também as maiores diferenças entre ela e o “Banco Central” são a dependência daquela relativamente ao Governo através do Ministério das Finanças, por um lado, e a impossibilidade de a Autoridade emitir moeda própria --- com exceção das moedas metálicas “centavos” equivalentes aos *cents* do USD.

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL), segundo a lei que o institui (Lei 5/2011 de 15JUN), goza de autonomia em relação ao Governo e outras entidades. Como diz o Artº 3º da Lei “o Banco goza de independência e é autónomo na prossecução das suas atribuições e no desempenho das suas funções, nos termos da presente lei.” Isto é reforçado pelo ponto 2 do mesmo artigo que diz que “os órgãos, funcionários e agentes do Banco gozam de independência, não podendo solicitar ou receber instruções de qualquer outra entidade, incluindo do Governo ou das entidades sob tutela governamental, exceto nos casos expressamente previstos na lei.”

Quanto aos seus objectivos, “O Banco tem por objectivo principal alcançar e manter a estabilidade interna dos preços”. Isto é, é controlar a taxa de inflação. “Subsidiariamente, o Banco fomenta e mantém um sistema financeiro estável e competitivo com base nos princípios de livre mercado” e, na medida em que isso seja compatível com a prossecução dos seus próprios objectivos, apoia o Governo na definição e implementação das suas políticas económicas de desenvolvimento.

Sendo o responsável único pela definição e implementação das políticas monetária e cambial mas consciente de que estas devem ser articuladas com as demais políticas económicas, estão criados mecanismos para essa articulação através de reuniões periódicas entre o Governador do BCTL e o Ministro das Finanças, responsável pela política orçamental/fiscal.

Recorde-se que esta articulação e a consonância de objectivos em prol do desenvolvimento económico nacional são ainda mais importantes numa situação, como a de Timor-Leste, em que o país não emite moeda própria e, por isso, os instrumentos de política económica ao dispor do Banco Central são limitados, assumindo uma importância fundamental a política orçamental.

Caixa de texto 2.2

Turismo e património construído de Timor-Leste

É reconhecido por todos o elevado potencial turístico de Timor-Leste. Não para um “turismo de massas” semelhante ao de outros locais do Sudeste Asiático --- Bali (Indonésia), Phuket (Tailândia) e outros --- mas para um turismo vocacionado para menores quantidades de turistas e para “nichos de mercado” específicos (p.ex., *scuba diving*, turismo de aventura e outros).

Sabe-se também que algo que atrai mais turistas é o património histórico construído e, nomeadamente nesta zona do globo, o mais antigo, que deriva normalmente de uma ocupação colonial europeia felizmente já terminada há muito. Veja-se, por exemplo, a preocupação que a administração chinesa de Macau coloca na preservação da identidade europeia daquela Região Administrativa Especial da China. Outro exemplo é a forma como a Índia “vende” Goa, referindo o património construído pelos europeus (no caso Portugal) e procurando preservar, na medida das suas possibilidades, esse mesmo património. Num outro registo, veja-se a forma como Singapura procura preservar as partes da cidade que sofreram mais influência de certas comunidades, sejam ela a europeia (*Little Holland*), a chinesa (*China Town*) ou a indiana (*Little India*).

Em todos os casos é possível tirar a mesma conclusão: o património cultural, nomeadamente o edificado, “vende”... Isto é, é uma peça essencial da dinamização do turismo num país, constituindo uma das suas principais atrações turísticas.

Ora, devido a vários factores --- incluindo custos salariais mais elevados que nos seus vizinhos mais próximos e níveis de produtividade que, em média, lhes são também inferiores ---, Timor-Leste tem, pelo menos a curto-médio prazo, mais vantagens comparativas nos setores “não-comercializáveis” (os *non tradables* da literatura anglófona sobre comércio internacional) que nos setores mais abertos ao comércio internacional. O turismo, como setor *non-tradable*, é exatamente um dos setores em que o país deve investir JÁ.

Ligando isto com o que se disse quanto ao património e sabendo que por vicissitudes várias da História o património histórico construído do país não é muito grande, há que preservar aquele que existe antes que desapareça por completo, como acontece em mais locais que o desejável e de que as antigas casas usadas pela administração portuguesa (e seus servidores) em Venilale são um exemplo entre vários.

Mas se estes edifícios estão, alguns deles, num estado de degradação que os torna quase irrecuperáveis, outros podem ainda ser “salvos” a tempo. E como uma maneira de, depois de recuperados, os preservar é mantê-los em uso, há que pensar em usos alternativos. Uns até poderão regressar às suas funções anteriores mas outros --- e é esta a aplicação que mais nos interessa aqui --- podem ser usados como polos de apoio ao turismo nas zonas em que se situam.

Temos já um exemplo disso em Maubara, com a recuperação do uso do forte para efeitos turísticos e de restauração e a recuperação da antiga residência do chefe de posto para pousada (Projeto *Mos Bele*). É um exemplo --- incluindo o envolvimento da comunidade local no projeto --- que poderá/deverá ser multiplicado em muitos outros locais dentro do princípio de que se é verdade que uma procura potencial gera a oferta, esta também pode gerar a sua própria procura.

Isto é tanto mais verdade quanto o nosso país tem tido no seu seio alguns milhares de “turistas potenciais” (referimo-nos aos técnicos internacionais que vivem entre nós) com um elevado poder de compra, e que, devido à falta de uma oferta em quantidade e qualidade aceitáveis para fazer turismo interno, mais facilmente tomam um avião para irem passar um fim de semana em Bali do que se metem nas estradas (?) do país a fim de melhor o conhecerem. Isto é: Timor Leste tem tido (e tem) milhares de turistas cá dentro e “esqueceu-se” de aproveitar essa benesse dos deuses, não aproveitando a sua presença para lançar um setor de turismo digno desse nome e, com a habitual exceção de Dfili, com ofertas de alojamento e restauração para o cimentar.

Um exemplo, entre vários, de um edifício que ainda está em condições para ser restaurado e utilizado para turismo (pequeno restaurante mais 2 ou 3 quartos com conforto aceitável) com apoio na comunidade é a antiga residência do administrador de Laga abaixo retratada (foto da direita). Este tipo de instalações podia ser entregue à iniciativa privada que os recuperaria e exploraria ou, depois de recuperados pelo Estado (p.ex., através de uma empresa pública criada para o efeito e que poderia ser uma das criações da projetada empresa (estatal) de investimentos de Timor-Leste), entregues a exploração privada ou das comunidades. Em qualquer dos casos deveriam estar sujeitos a algum “controlo de qualidade” do seu funcionamento (e apoio à manutenção dessa mesma qualidade). No caso vertente a “solução mais lógica” seria estabelecer alguma ligação entre esta unidade e a Pousada de Baucau, que ajudaria na gestão e formação do pessoal e no referido “controlo de qualidade”.



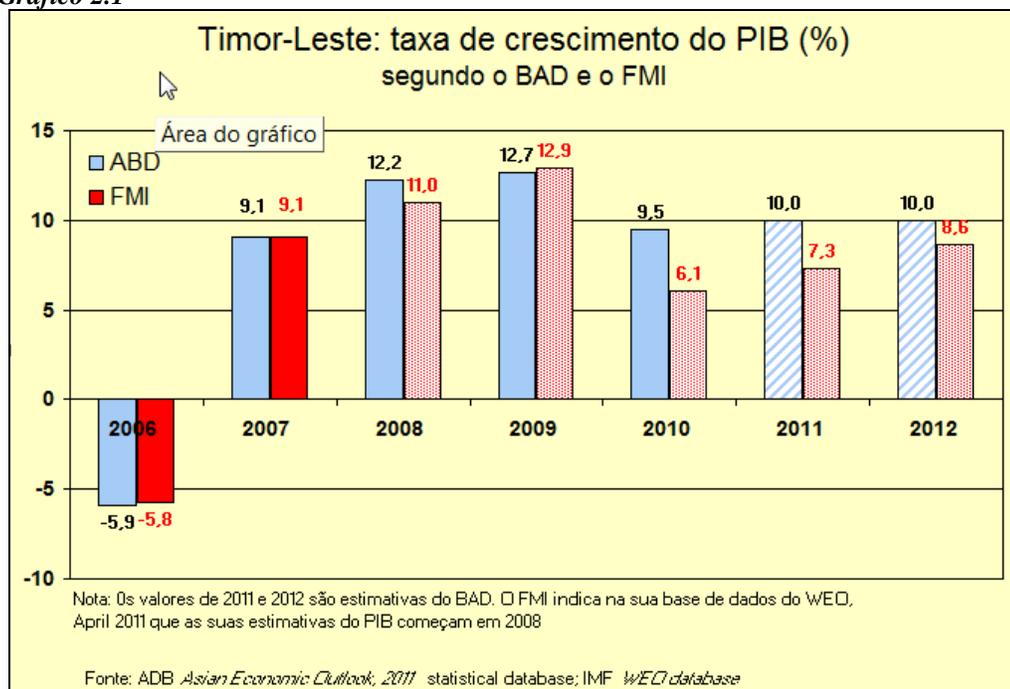
À esquerda: residência do antigo “chefe de posto” de Venilale (em ruínas);
à direita: residência do “chefe de posto” de Laga (recuperável e utilizável como ponto de apoio ao turismo)

Produção

Os dados estatísticos disponíveis até ao momento permitem concluir que as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto de Timor Leste (sem petróleo e sem a ONU) calculadas, como de costume, a preços constantes terão sido de dois dígitos em 2008 e 2009, com a taxa de crescimento deste último ano a ultrapassar a do primeiro.

Qualquer das fontes consultadas (as bases de dados do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI)) apontam, porém, para uma queda do ritmo de produção em 2010, mais séria segundo o Fundo que segundo o Banco. De facto, no caso daquele, a queda da taxa de crescimento terá sido para um pouco menos de metade da de 2009 (neste caso de “apenas” 6,1%, contra os 9,5% estimados pelo BAD com metodologias que se desconhecem).

Gráfico 2.1



Quadro 2.1 - OGE 2011: metas económicas para o período 2010-2015

Variável \ ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Crescimento económico real (%)	9,5	11,2	11,1	10,9	11,1	11,4
Receitas domésticas (milhões USD)	96	110	119	134	148	163
Receitas petrolíferas (milhões USD)	2000	2300	2400	2100	2400	2400
Saldo do FP (milhões USD)	6600	7800	9000	10000	11100	12200
Taxa de inflação (%)	8	6	4	4	4	4

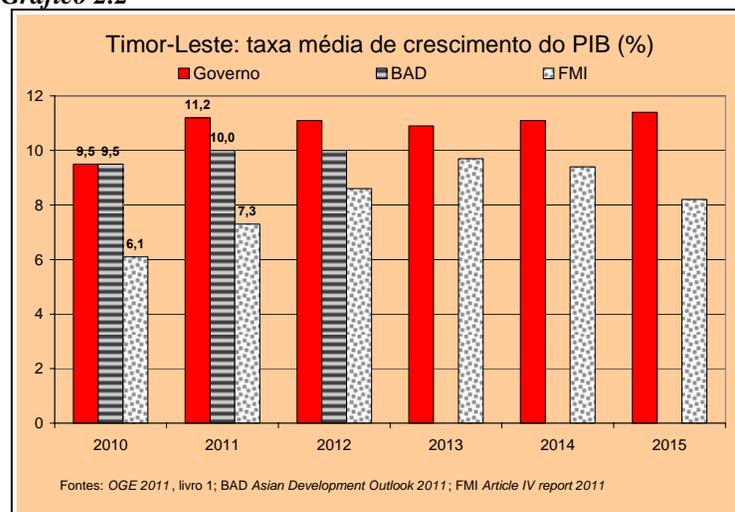
Infelizmente continuamos a não dispor de estimativas oficiais, com origem nas autoridades estatísticas nacionais. O quadro acima (Quadro 2.1), retirado do Livro 1 do OGE de 2011 (versão aprovada pelo Parlamento Nacional) indica as metas de crescimento do PIB para os anos até 2015.

Sabe-se, no entanto, que o Governo trabalha, nesta área, em estreita cooperação com o FMI e tem, na prática, adotado as estimativas deste quanto às Contas Nacionais do país --- o que não quer dizer que se

reveja, por exemplo, na do último ano nem das dos anos futuros. Lembremos que o principal objetivo do Governo em termos de taxa de crescimento do produto é conseguir taxas de “dois dígitos” (cerca de 11%) nos próximos anos como se pode verificar no quadro anterior. As estimativas do BAD no Gráfico 1 acima parecem --- sublinhamos “parecem” --- principalmente resultado de uma aceitação implícita deste objectivo do Governo.

Dos elementos acima divulgados conclui-se que neste momento se dispõe de dois valores diferentes para a estimativa do crescimento em 2010 (9,5% do Governo e do BAD) e 6,1% pelo FMI e de três previsões para o crescimento em 2011: por ordem decrescente, 11,2% pelo Governo, 10% pelo BAD e 7,3% pelo FMI. Dadas as características do sistema estatístico nacional, a ABP não se sente em condições de apresentar uma alternativa credível para este valor ou de, eventualmente, “optar” por um deles. Por isso se limita a reproduzir aqui os valores indicados. Um dos esforços a desenvolver no futuro próximo será o de criar capacidades para o Banco Central de Timor Leste dispor de dados que lhe permitam ter a sua própria estimativa sobre a evolução do PIB do país. Como se pode verificar pela variedade de números disponíveis a tarefa não será fácil.

Gráfico 2.2



Dada a importância do Estado na economia, a taxa de crescimento efetiva do PIB vai depender, nomeadamente, do nível de execução orçamental. No ano de 2011, por exemplo, estará em causa, particularmente, o “Fundo de Infraestruturas” (que com os seus 600 milhões de USD representa quase metade do OGE de 1300 milhões), para o qual não dispomos de valores. Nos anos mais recentes a taxa de execução global do Orçamento tem sido de cerca de 90% mas a do “capital de desenvolvimento” foi de cerca de 85% em 2010 e 83% em 2009, como veremos no ponto sobre finanças públicas.

Note-se, porém, que as contas públicas referentes ao primeiro trimestre de 2011 e publicadas pela Direcção Nacional do Tesouro dizem-nos que a taxa de execução do conjunto da conta do Tesouro era, em 31 de Março p.p., de 8,5% das diversas componentes da despesa pública, praticamente metade do alcançado em 2009 e 2010.

Os dados divulgados pelo FMI constam também do seu documento de análise anual da economia de Timor-Leste elaborado ao abrigo do Artº IV dos seus Estatutos e cuja última edição data de Março/11. Nele o Fundo divulga dois cenários alternativos de evolução futura da economia do país: um “cenário de base”, que corresponderá genericamente, segundo se crê, ao que se sabe serem as opções de política económica do Governo, e um segundo, preferido pelo Fundo e intitulado “cenário alternativo”. Ambos constam do quadro

abaixo (Quadro 2.2), que permite ver as principais diferenças entre um e outro e as diferenças entre ambos e as estimativas do Governo.

Mesmo tomando como base o cenário base constate-se que os 11,1% estimados pelo Governo como média para os anos 2011-15 se convertem em “apenas” 8,7% no caso do FMI. --- i.e., cerca de 2,5 pontos percentuais abaixo da estimativa governamental.

Quadro 2.2 - Estimativas do FMI para a evolução do PIB: cenários “base” e “alternativo”

Timor-Leste: Medium-Term Fiscal Outlook																		
	2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2011-15 2/	
	Act.	Prel.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.						
Real non-oil GDP growth (percent)	11.0	12.9	6.1	7.3	6.6	9.7	9.4	8.2	6.7									
Expenditure of the whole government (US\$ millions) 1/	557	604	651	898	1062	1205	1278	1271	1143									
Non-oil balance of the whole government (US\$ millions)	-487	-513	-557	-798	-946	-1075	-1133	-1109	-1012									
in percent of non-oil GDP	-110	-92	-89	-113	-111	-116	-106	-91	-109									
Withdraw from the PF (US\$ millions)	396	512	636	734	929	1045	1091	1054	971									
Change of government's cash balance (US\$ millions)	-4	8	79	-64	0	0	0	0	-13									
Loan disbursement (US\$ millions)	-	-	-	0	17	30	42	55	29									
Estimated sustainable income (US\$ millions)	396	408	502	734	744	745	743	740	741									
Petroleum Fund assets (US\$ millions)	4,197	5,377	6,744	8,271	9,735	10,834	12,176	13,524	13,524									
	Alternative Scenario																	
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2011-15 2/									
	Act.	Prel.	Proj.															
Real non-oil GDP growth (percent)	11.0	12.9	6.1	6.1	6.6	7.4	8.2	8.9	7.4									
Expenditure of the whole government (US\$ millions) 1/	557	604	651	724	800	892	985	1,088	898									
Non-oil balance of the whole government (US\$ millions)	-487	-513	-557	-625	-687	-762	-833	-910	-763									
in percent of non-oil GDP	-110	-92	-89	-91	-91	-91	-89	-86	-80									
Withdraw from the PF (US\$ millions)	396	512	636	624	669	732	791	855	734									
Change of government's cash balance (US\$ millions)	-4	8	79	-	-	-	-	-	-									
Loan disbursement (US\$ millions)	-	-	-	0	17	30	42	55	29									
Estimated sustainable income (US\$ millions)	396	408	502	734	747	757	765	771	755									
Petroleum Fund assets (US\$ millions)	4,197	5,377	6,744	8,363	10,116	11,551	13,227	14,819	14,819									

Sources: Fund staff estimates
 1/ Without adjustment for rice sales.
 2/ PF assets end of 2015.

Numa análise dos dados do quadro anterior a conclusão mais evidente no domínio da produção é a de que o “cenário alternativo”, na parte de baixo do quadro, prevê uma taxa de crescimento médio do PIB não-petrolífero para o período 2011-15 que fica bem abaixo (7,4% em vez de 8,7% --- e dos 11,2% previstos pelo Governo) do (à época) previsto pelo Governo. Isto é o resultado das diferenças de política económica entre as sugeridas pelo Governo e as sugeridas pelo Fundo e que, no essencial, corresponde a um menor esforço de gastos pelo Governo por o previsto por este ser considerado insustentável pelo Fundo Monetário Internacional.

Note-se que, seja qual for o cenário a seguir, os valores da taxa de crescimento prevista são inferiores, em todos os anos, aos das taxas previstas pelo ADB.

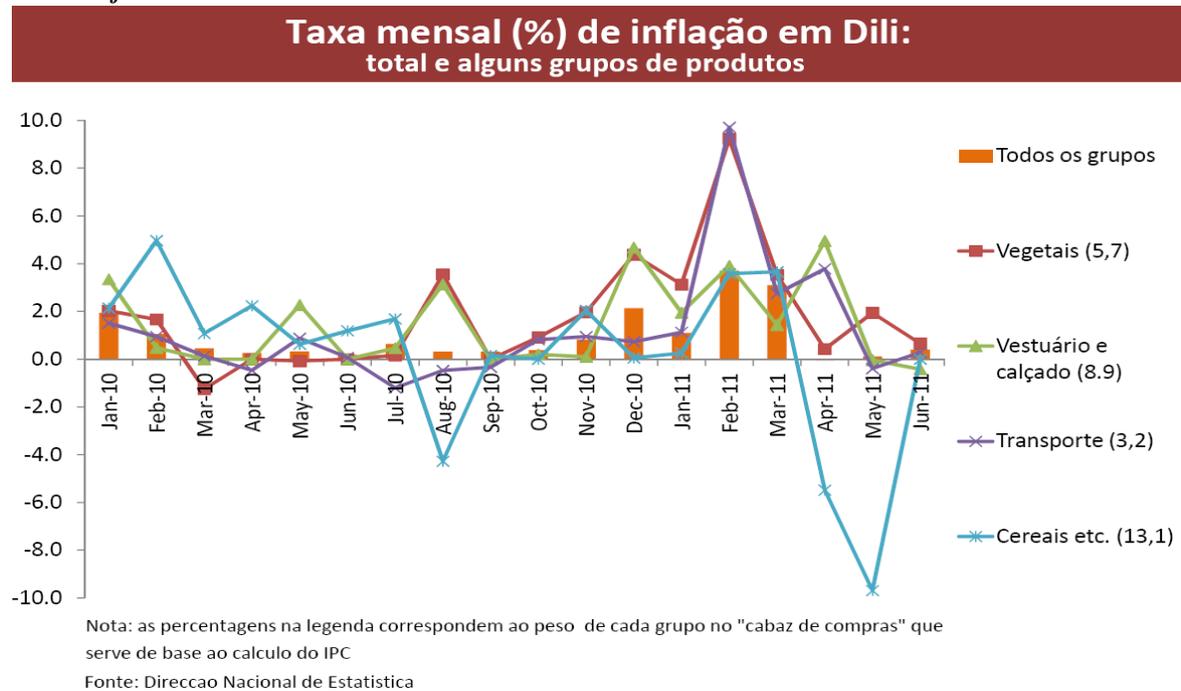
Preços; inflação

Provavelmente a variável económica que conheceu maior alteração durante o período em análise neste relatório foi a taxa de inflação. Esta é também, pela natureza dos bancos centrais e dos objectivos das suas políticas, a que está no centro das preocupações da ABP, tal como estará no do futuro BCTL.

A taxa média anual de inflação de 2010 (média do IPC dos doze meses de 2010 relativamente à mesma média de 2009) foi de 6,8%, quando no ano anterior, em 2009, tinha sido de 0,7% --- uma situação que se pode considerar excecional por corresponder a um período de baixa dos preços depois das grandes subidas verificadas em 2008 devido às subidas dos preços de matérias primas como o petróleo. Os cálculos que efetuámos baseiam-se nos dados divulgados para o IPC-Índice de Preços no Consumidor, em Díli, pela Direcção Nacional de Estatísticas de Timor-Leste.

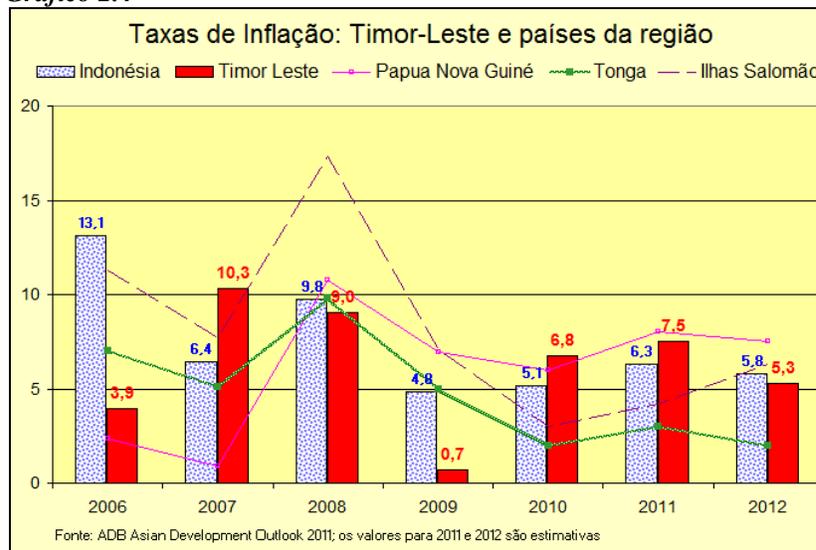
Relativamente ao ano financeiro em análise a taxa homóloga de Junho passado (i.e, a variação do IPC de Díli entre Junho de 2011 ano e Junho de 2010) foi de 13,7% enquanto que nos dois anos anteriores tinha sido de -1,7% (2008) e de 6,6% (2009). As taxas homólogas de Dezembro foram 1,8% em 2009 e 9,2% em 2010, qualquer delas superior às taxas médias anuais de 2009 e 2010 acima mencionadas.

Gráfico 2.3



Note-se que no relatório elaborado pelo FMI e já referido atrás se estima em 1,1% a taxa de inflação registada no fim do ano de 2009 enquanto que a taxa de inflação correspondente em 2010 terá sido, segundo a instituição, de 6,5%. De realçar que estes valores não constam dos mencionados pela DNE. A taxa projetada pelo FMI para o ano de 2011 é de 6% --- valor que, face aos valores do IPC conhecidos até ao momento, nos parece irrealista por demasiado baixo.

Gráfico 2.4



As principais causas para esta aceleração da subida dos preços parece terem sido (não necessariamente por esta ordem quanto à sua importância relativa) a influência da inflação na principal fornecedora das nossas importações, a Indonésia --- no ano passado a taxa média anual foi quase igual à de Timor-Leste, com 7% ---, a grande aceleração da oferta de moeda --- a que não é estranho o significativo aumento dos gastos públicos ---, a depreciação do dólar americano face a outras moedas, particularmente face à rupia indonésia, e o aumento dos preços de vários produtos alimentares nacionais.

Quadro 2.3 - Índice de preços no consumidor e taxa de inflação na cidade de Dili

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2008												
Índice	137,7	139,8	140,5	143,3	145,7	148,6	149,4	149,7	149,5	148,9	147,0	146,6
Variação mensal	1,0	1,5	0,5	2,0	1,7	2,0	0,5	0,2	-0,1	-0,4	-1,3	-0,3
Taxa homóloga	8,6	1,3	4,0	9,1	10,0	11,6	12,4	12,3	12,0	10,9	9,2	7,5
2009												
Índice	146,8	146,8	146,4	146,0	146	146	146	146	146,7	146,7	146,3	149,2
Variação mensal	0,1	0,0	-0,3	-0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	-0,3	2,0
Taxa homóloga	6,6	5,0	4,2	1,9	0,2	-1,7	-2,3	-2,5	-1,9	-1,5	-0,5	1,8
2010												
Índice	152,1	153,7	154,4	154,8	155,3	155,6	156,6	157,1	157,6	158,2	159,5	162,9
Variação mensal	1,9	1,1	0,5	0,3	0,3	0,2	0,6	0,3	0,3	0,4	0,8	2,1
Taxa homóloga	3,7	4,8	5,5	6,0	6,4	6,6	7,3	7,6	7,4	7,8	9,0	9,2
2011												
Índice	164,7	170,8	176,1	176,0	176,2	176,9						
Variação mensal	1,1	3,7	3,1	-0,1	0,1	0,4						
Taxa homóloga	8,3	11,1	14,1	13,7	13,5	13,7						

Nota: Nas bases de dados associadas ao seu *World Economic Outlook* nas suas edições de Outubro de 2010 e de Abril de 2011 o FMI estimou as taxas de inflação a meio do ano da seguinte forma:

	2009	2010	2011	2012
WEO Out 2010	0,1	4,0	4,0	4,0
WEO Abril 2011	0,1	4,9	6,0	6,0

Fonte: Direcção Nacional de Estatística

Estimativas da ABP tendo por base a evolução até ao fim do ano financeiro (Jun2011) da inflação e o que tem sido a experiência desta nos últimos anos vão no sentido de que a taxa de inflação média anual em 2011 pode vir a situar-se nos cerca de 9-10%, contra os cerca de 6% estimados pelo FMI. A taxa média anual de inflação do ano financeiro terminado em Junho passado --- taxa essa calculada comparando a média dos IPC de Jul09 a Jun10 com os de Jul10-Jun11 --- foi de 10,3%.

Naturalmente, o comportamento da evolução dos preços no segundo semestre de 2011 é muito importante para a taxa média anual final. Note-se que começa a ser usual que nos últimos 2-3 meses do ano haja alguma aceleração da taxa mensal de inflação devido à influência do ciclo agrícola (fim das disponibilidades de produtos da colheita anterior e espera pela primeira colheita após as sementeiras que se seguem ao início da época das chuvas) e do aumento da procura das famílias --- e, em parte, do Estado --- por ocasião do fim do ano civil. Dependendo desta evolução no último trimestre deste ano civil, a taxa de inflação em 2011 poderá, mesmo, ultrapassar o limite dos 9-10% acima mencionado.

Comércio internacional

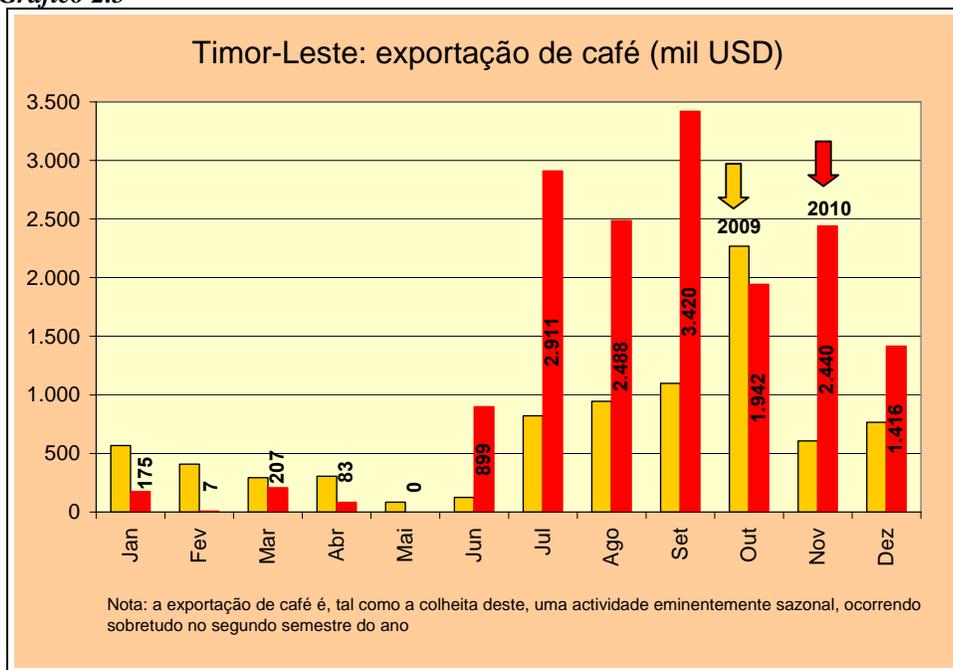
Exportações

Como já salientado noutras ocasiões, as exportações registadas pelos serviços estatísticos são quase exclusivamente de café e este tem um ciclo de apanha-tratamento-exportação muito “datado” no tempo, concentrando-se essencialmente a exportação no segundo semestre de cada ano.

Por exemplo, em 2008 as exportações do segundo semestre foram de 11,4 milhões de USD enquanto as do primeiro semestre se ficaram pelos 1,4 milhões; em 2009, as exportações foram de 1,9 milhões no primeiro semestre e totalizaram 6,6 milhões no segundo.

No caso de 2010 o valor global do café exportado foi de 16 milhões de USD, com 1,4 no primeiro semestre e o restante no segundo. Como se pode verificar pelo gráfico abaixo estes valores estiveram significativamente acima dos do ano anterior fruto de uma melhor colheita e de preços internacionais (e ao produtor) mais elevados.

Gráfico 2.5



Note-se que a evolução do valor das receitas de exportação do café estão ligadas quer ao volume da produção quer à evolução, muito positiva, do preço do mesmo no mercado internacional durante o período em análise (Julho10 – Junho11). De facto, a libra de café (1 lb = 0,45 kgs) estava cotada em cerca de 1,55 USD no início do período e em 2,23 no final, depois de ter atingido o máximo imediatamente antes do início da colheita deste ano, i.e., em fins de Abril passado.

Indicações avulsas recolhidas junto de alguns produtores fazem antever uma significativa baixa da produção de café em 2011, nomeadamente da espécie arábica (a mais cara) com previsível baixa dos valores totais da exportação (no segundo semestre de 2011 e, portanto, já depois de terminado o período do ano financeiro em análise), eventualmente desmentida parcialmente pelo aumento do preço da bebida que se tem verificado devido à referida baixa de produção.

Importações

Por razões que desconhecemos, as estatísticas do comércio externo, nomeadamente as das importações, têm sido divulgadas com valores que, quanto a nós, estão grosseiramente incorretos. Vejam-se no quadro abaixo e a título de exemplo os valores divulgados pela Direcção Nacional de Estatísticas que, por sua vez, os recebeu da Direcção Nacional das Alfândegas:

Quadro nº 2.4 – Total das importações em cada mês indicado

↓Anos \ Mil USD→	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
2010	18.787	17.683	24.117	28.035	26.038	29.954
2011	626	2.562	1.893	1.514	1.406	38.215

Quadro nº 2.5 – importações de veículos (classe 87 da pauta aduaneira)

↓Anos \ Mil USD→	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
2010	4.936	3.761	7.579	4.966	4.558	3.869
2011	85	542	319	558	45	5.053

Quadro nº 2.6 – Registos de veículos na Direcção Nacional de Transportes Terrestres

↓Anos \ Mil USD→		Jan	Fev	Mar
2010	Motorizadas	818	487	843
	Automóveis	205	843	313
	TOTAL	1023	1330	1156
2011	Motorizadas	900	601	901
	Automóveis	255	169	770
	TOTAL	1155	770	1671

Note-se como os dados do último quadro “desdizem” completamente os dados das estatísticas de importação: o número de registos de veículos aumentou (mesmo que ligeiramente) entre o primeiro trimestre de 2010 e o primeiro trimestre de 2011.

Aos dados anteriores, adicionemos mais um: os direitos de importação cobrados no primeiro trimestre de 2010 foram, segundo as contas de execução orçamental divulgadas pelo Tesouro (Ministério das Finanças), de 1216 mil USD; por outro lado, informações indiretas a que tivemos acesso apontam para uma receita correspondente, no primeiro trimestre de 2011, no montante de cerca de 2300 mil dólares --- quase o dobro do ano anterior, fazendo adivinhar um crescimento significativo das importações. A receita no segundo trimestre foi de 1658 mil USD. Se adotarmos como taxa alfandegária média a de 2010 (1,9%), aquele valor de impostos alfandegários cobrados no primeiro trimestre corresponde a cerca de 120 milhões de USD de importações, enquanto o valor cobrado no segundo semestre corresponde a cerca de 87 milhões de importações.

Todos estes valores demonstram uma evidência acessível também a quem esteja minimamente atento ao movimento de chegada e saída de navios no porto de Díli: a de que os valores das importações registadas pelas Alfândegas e por elas divulgadas estão, pelo menos quanto aos primeiros 5 meses de 2011, muito subavaliadas em relação à realidade.

Tal como nos anos anteriores, o nosso principal fornecedor é a Indonésia, a quem fazemos cerca de um terço das nossas compras no exterior --- incluindo a maior parte dos combustíveis.

Seguem-se Singapura (cerca de 19% das importações), por ser o principal entreposto comercial e marítimo da região, e a Austrália (cerca de 15% na média dos últimos anos), de onde vêm parte significativa dos produtos de melhor qualidade, nomeadamente para abastecer a significativa colónia estrangeira residente entre nós mas também para abastecimento das várias estruturas ligadas à ONU e às forças de segurança atualmente em Timor-Leste.

Quadro nº 2.7 – Países fornecedores de Timor-Leste

	1stQ2009		2ndQ2009		3thQ2009		4thQ2009		ANO DE 2009	
	(\$000)	%	(\$000)	%	(\$000)	%	(\$000)	%	(\$000)	%
1 Indonésia	25.918	28,9	21.213	28,5	18.554	34,1	26.423	41,4	92.108	32,6
2 Singapura	11.167	12,4	18.221	24,5	11.885	21,8	12.244	19,2	53.517	18,9
3 Austrália	11.020	12,3	13.059	17,5	9.974	18,3	13.144	20,6	47.197	16,7
4 Vietname	29.100	32,4	5.185	7,0	24	0,0	293	0,5	34.602	12,2
5 Tailândia	1.160	1,3	758	1,0	947	1,7	481	0,8	3.346	1,2
6 Portugal	1.913	2,1	4.023	5,4	2.270	4,2	1.282	2,0	9.488	3,4
7 Malásia	2.275	2,5	2.077	2,8	2.109	3,9	1.594	2,5	8.055	2,9
8 China, R.P.	1.797	2,0	1.915	2,6	3.627	6,7	4.232	6,6	11.571	4,1
9 Japão	3.137	3,5	2.348	3,2	1.425	2,6	840	1,3	7.750	2,7
10 Outros	2.343	2,6	5.710	7,7	3.667	6,7	3.249	5,1	14.969	5,3
TOTAL	89.830	100,0	74.509	100,0	54.482	100,0	63.782	100,0	282.603	100,0

	1stQ2010		2ndQ2010		3thQ2010		4thQ2010		ANO DE 2010	
	(\$000)	%	(\$000)	%	(\$000)	%	(\$000)	%	(\$000)	%
1 Indonésia	24.035	39,7	26.304	33,0	19.472	35,4	26.629	39,0	96.440	36,6
2 Singapura	12.573	20,8	15.945	20,0	11.234	20,4	9.548	14,0	49.300	18,7
3 Austrália	10.781	17,8	10.841	13,6	5.535	10,1	8.574	12,5	35.731	13,6
4 Vietname	237	0,4	6.535	8,2	2.757	5,0	4.505	6,6	14.034	5,3
5 Tailândia	573	0,9	427	0,5	1.385	2,5	813	1,2	3.198	1,2
6 Portugal	766	1,3	1.038	1,3	2.930	5,3	2.335	3,4	7.069	2,7
7 Malásia	935	1,5	985	1,2	1.315	2,4	2.094	3,1	5.329	2,0
8 China, R.P.	3.410	5,6	7.796	9,8	4.401	8,0	6.408	9,4	22.015	8,4
9 Japão	2.540	4,2	4.463	5,6	1.273	2,3	1.435	2,1	9.711	3,7
10 Outros	4.737	7,8	5.362	6,7	4.664	8,5	5.997	8,8	20.760	7,9
TOTAL	60.587	100,0	79.636	100,0	54.966	100,0	68.338	100,0	263.587	100,0

Isto limita a nossa análise das importações do país no primeiro semestre de 2011 (segundo semestre do ano financeiro em análise neste relatório) quer quanto ao seu total quer quanto à sua distribuição por países e por produtos. Por isso os dados de uma e de outra estrutura que aqui ficam são as relativas ao ano civil de 2010.

Gráfico 2.6

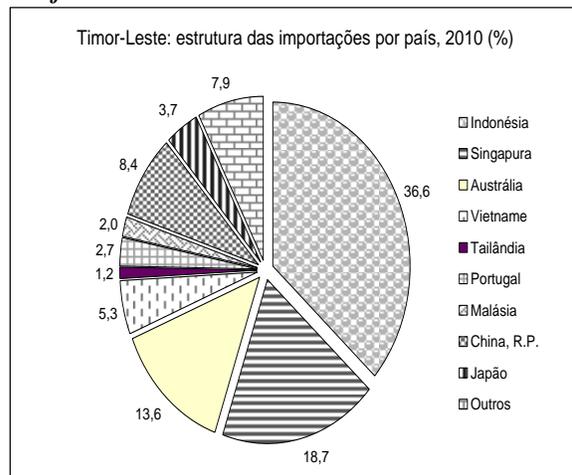


Gráfico 2.7

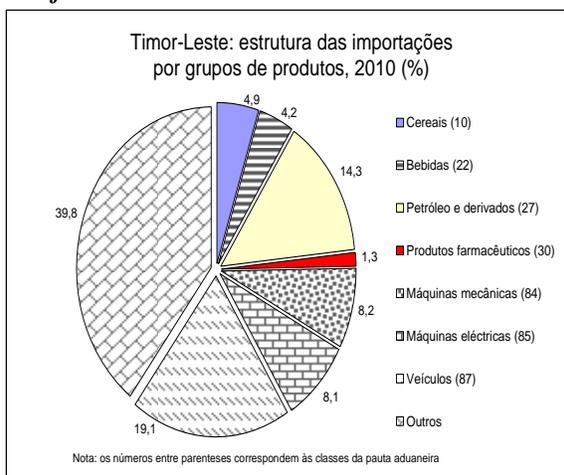


Gráfico 2.8

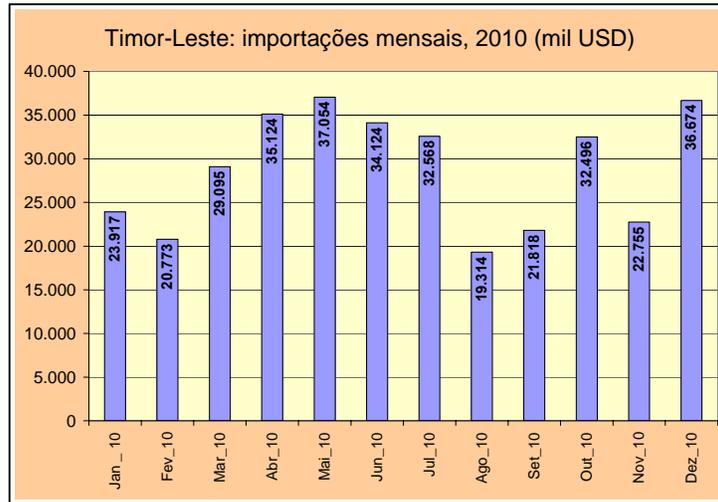
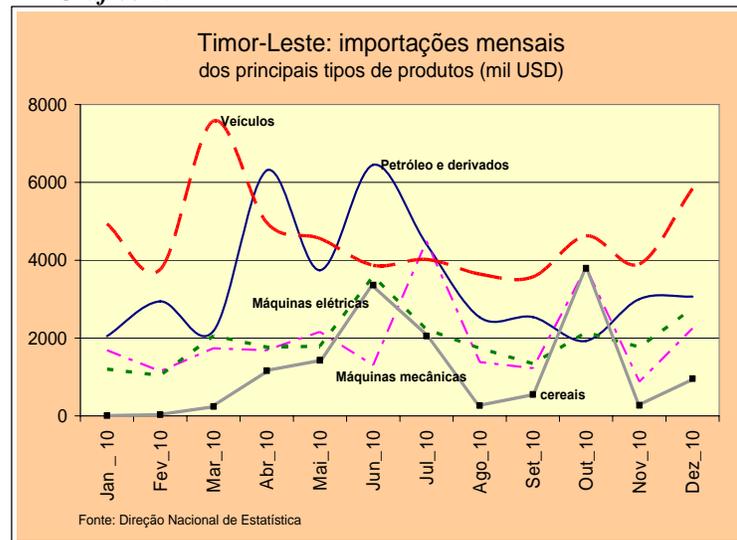


Gráfico 2.9



O quadro (Quadro 2.8) abaixo contém o resumo das estatísticas de comércio externo do país nos últimos tempos. Como se pode verificar, não apresentamos dados para o 1º semestre de 2011 por os que foram divulgados não merecerem confiança.

Quadro 2.8 - TIMOR - LESTE: sumário das estatísticas do comércio externo

Mês / Ano	Importações			Exportações			Saldo	Saldo
	Comerciais	Não-comerciais	TOTAL	Exportações	Re-export.	TOTAL	TOTAL	"comercial"
	(US\$000)	(US\$000)	(US\$000)	(US\$000)	(US\$000)	(US\$000)		(Export-ImportComerc.)
1º Semestre 2009	164.329	6.107	170.436	1.905	17.073	18.978	-151.458	-162.424
2º Semestre 2009	118.264	6.394	124.658	6.586	8.947	15.533	-109.125	-111.678
(TOTAL)	282.593	12.501	295.094	8.491	26.020	34.511	-260.583	-274.102
Jan-10	18.787	449	19.236	176	1.000	1.176	-18.060	-18.611
Fev-10	17.683	751	18.434	23	644	667	-17.767	-17.660
Mar-10	24.117	1.061	25.178	252	1.792	2.044	-23.134	-23.865
Abr-10	28.035	199	28.235	224	1.867	2.091	-26.144	-27.812
Mai-10	26.039	1.313	27.352	9	2.358	2.358	-24.994	-26.030
Jun-10	29.954	934	30.888	959	4.942	5.901	-24.987	-28.995
1º Semestre 2010	144.616	4.707	149.323	1.643	12.594	14.237	-135.086	-142.973
Jul-10	26.225	465	26.690	2.498	2.780	5.278	-20.962	-23.277
Ago-10	18.674	545	19.219	2.488	769	3.257	-15.962	-16.186
Set-10	20.968	646	21.614	3.421	2.784	6.205	-15.409	-17.547
Out-10	28.291	332	28.623	1.942	3.610	5.552	-23.071	-26.349
Nov-10	20.044	2.096	22.140	2.804	486	3.290	-18.850	-17.240
Dez-10	29.816	665	30.481	1.417	1.971	3.388	-27.093	-28.399
2º Semestre 2010	144.018	4.749	148.767	15.020	12.400	27.420	-121.347	-128.998
Jan-11								
Fev-11								
Mar-11								
Abr-11								
Mai-11								
Jun-11								
1º Semestre 2011								

Uma das questões que se têm levantado em relação ao nosso comércio externo diz respeito ao nível de proteção alfandegária do país.

Sabe-se que em 2008, através da Lei Tributária [Lei 8/2008] foi decidida uma redução para cerca de metade das taxas alfandegárias então em vigor, passando a taxa a ser de 2,5%.

Os objectivos então declarados como sendo os da Lei eram os de

“stimulating the economy, facilitating domestic and foreign investment, encouraging private sector growth and easing the burden on low income earners.

The proposed reforms would essentially remove all impediments to doing business imposed by the current tax system by strengthening processes and streamlining regulations within one consolidated law.

Direct taxes will combine the wage income tax and the income tax on non-wage income of both resident and non-residents to a flat rate of 10% while raising the monthly exemption threshold to \$500 per citizen.

Import duties and sales tax will be lowered to 2.5% and service tax lowered to 5%. Excise tax will only be charged on goods with clear adverse implications for health or environment.”

(in Press release do Ministério das Finanças da RDTL, 25 de Fevereiro de 2008;

http://www.mof.gov.tl/en/MediaReleases/tax_reform_en.pdf)

Uma avaliação dos efeitos desta política não cabe no âmbito deste relatório para parece importante que seja feita. Ela deverá, nomeadamente, ter como pano de fundo a sua efetiva importância para o processo de desenvolvimento da economia nacional, incluindo a sua influência sobre o investimento (nomeadamente estrangeiro) e a evolução das importações (aumento significativo).

Entretanto, veja-se abaixo a taxa de proteção aduaneira efetiva que resulta da relação entre os impostos cobrados e o valor das importações efetuadas. Como se pode verificar a taxa média em 2009 foi de 1,55%, bem abaixo da taxa de 2,5% fixada para os impostos aduaneiros, mas a de 2010 já foi superior (1,9%). Este aumento poderá ter explicação numa maior eficiência dos serviços alfandegários.

Quadro 2.9

Importações e impostos de importação cobrados, 2009 - 2011					
2009	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim	TOTAL
1-importações (DNE)	89830	74491	54482	63782	282593
2-direitos de importação cobrados (Tesouro) *	1336	1059	1000	998	4393
3-direitos alfandegários (import duties) (ABP)	1341	1068	986	1293	4689
4-direitos + 'customs & excise duties' (ABP) **	6084	3935	3945	3084	17048
<i>taxa alfandegária efetiva (3/1) (%)</i>	<i>1,49</i>	<i>1,42</i>	<i>1,84</i>	<i>1,56</i>	<i>1,55</i>
<i>taxa "alfandegária" efetiva (4/1) (%) ***</i>	<i>6,77</i>	<i>5,28</i>	<i>7,24</i>	<i>4,84</i>	<i>6,03</i>
2010					
1-importações (DNE)	60587	84029	65867	78151	288634
2-impostos cobrados (Tesouro)	1216	1279	1312	1675	5482
3-direitos alfandegários (import duties) (ABP)	1246	1279	1291	1735	5551
4-direitos + 'customs & excise duties' (ABP)	5246	5026	5224	6908	22404
<i>taxa alfandegária efetiva (3/1) (%)</i>	<i>2,01</i>	<i>1,52</i>	<i>1,99</i>	<i>2,14</i>	<i>1,90</i>
<i>taxa "alfandegária" efetiva (4/1) (%) ***</i>	<i>8,66</i>	<i>5,98</i>	<i>7,93</i>	<i>8,84</i>	<i>7,76</i>
2011					
1-importações (DNE)	120.658	87.295			
2-impostos cobrados (Tesouro)	1972				
3-direitos alfandegários (import duties) (ABP)	2293	1659			
4-direitos + 'customs & excise duties' (ABP)	7772	6527			
<i>taxa alfandegária efetiva (3/1) (%)</i>					
<i>taxa "alfandegária" efetiva (4/1) (%) ***</i>	<i>[1,90]</i>	<i>[1,90]</i>			
Nota: o valor dos direitos de importação das contas do Tesouro (2872 mil USD) deve estar errado e corresponder ao valor do impostos de importação mais os 'customs & excise duties'. Por isso o corrigimos com o valor dos direitos segundo a ABP * direitos de importação cobrados ao abrigo da Lei 8/2008 (Lei Tributária); a taxa normal é de 2,5% ** 'excise duties' são impostos especiais de consumo; como todos os produtos sujeitos a este imposto são importados, na prática corresponde a um direito de importação a adicionar ao direito propriamente dito referido na nota anterior *** optou-se por colocar apenas na palavra alfandegária por os 'excise duties' não serem tecnicamente impostos de importação					

No quadro acima utilizam-se os dados da cobrança de impostos para tentar estimar o volume de importações nos 1º e 2º trimestres de 2011, correspondentes à segunda metade do ano financeiro em estudo. A realização da estimativa resulta de os dados oficialmente divulgados estarem grosseiramente errados.

Balança de Pagamentos

A Autoridade Bancária e de Pagamentos calcula desde 2006 a Balança de Pagamentos do país. Os seus saldos são os apresentados no quadro abaixo (mil USD). Como se pode verificar, o saldo de 2010 foi de 156,3 milhões de USD, o que significa que as entradas de recursos contabilizados nesta balança foram superiores às saídas.

Quadro nº 2.10 – Saldos da Balança de Pagamentos 2006-2010 (mil USD)				
2006	2007	2008	2009	2010
-69.545	146.517	-19.851	39.496	156.275

Abaixo encontra a Balança de Pagamentos para 2010 bem como a de 2009 para alguma comparação.

Recordemos que a Balança de Pagamentos é composta da Balança Corrente e da Balança de Capitais. Na primeira contabilizam-se principalmente os movimentos de dinheiro como contrapartida dos movimentos de bens e de serviços. Em relação aos movimentos de bens, repare-se a reduzida dimensão das exportações (ainda assim em 2010 quase dupla da de 2009) e o valor enorme das importações, muito superior mesmo ao valor destas registado nas estatísticas de comércio externo (cerca de 260 milhões de USD). A principal fonte da diferença é o facto de se ter registado nas importações da Balança de Pagamentos mas não na do comércio externo o valor de equipamentos importados por uma das empresas petrolíferas que efetuou sondagens no Mar de Timor.

Reparem-se igualmente nos valores muito expressivos das importações de serviços das quais a rubrica mais importante é a dos “outros serviços, incluindo serviços prestados ao Governo. Trata-se de recursos entrados no país a título de donativos de doadores e da própria ONU.

Quanto ao valor do rendimento, inclui sobretudo as receitas fiscais e similares resultantes da exploração da riqueza petrolífera do Mar de Timor e que é aqui contabilizada como entrada e depois registada como saída de investimento em *portfolio* pelo Fundo Petrolífero.

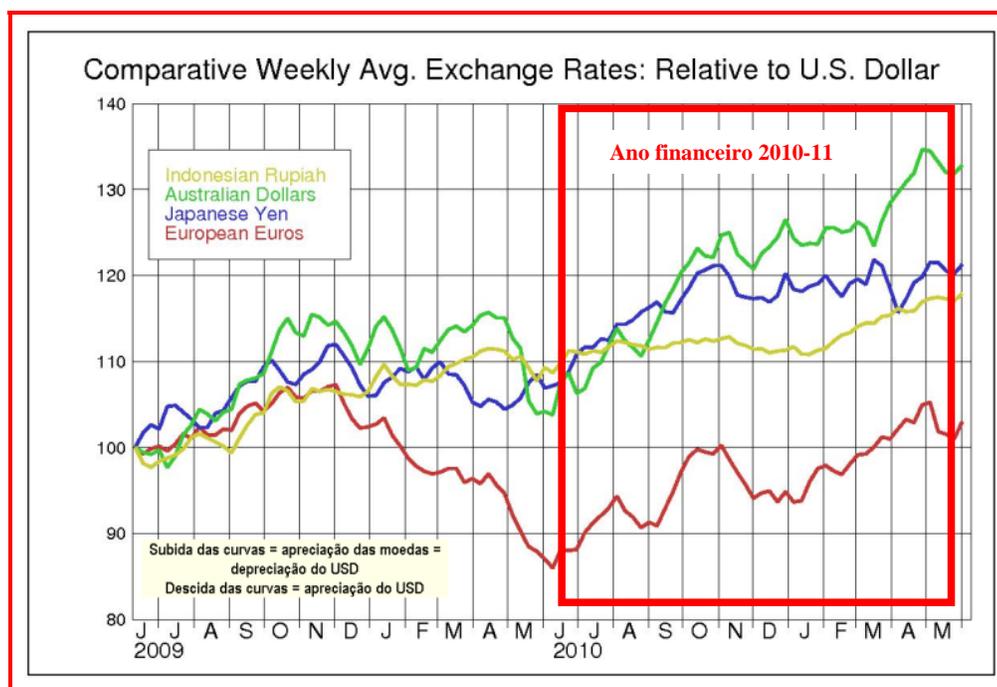
TIMOR-LESTE: ESTATÍSTICA DE BALANÇA DE PAGAMENTOS		
	(In \$000)	
	2009	2010
I. Balança corrente	1,324,696	1,717,264
Balança corrente excluindo Outros renda primária	-335,492	-392,926
A. Bens e Serviços	-878,997	-870,340
1. Bens, fob	-361,053	-421,240
Crédito, fob	9,227	17,624
Débito, fob	-370,280	-439,064
2. Serviços	-517,944	-449,100
Crédito	46,207	47,333
Transportes	501	785
Viagens e turismo	13,145	21,349
Outros serviços, incluindo serviços governamentais	32,561	25,199
Débito	-564,151	-496,433
Transportes	-39,515	-49,005
Viagens e turismo	-62,741	-55,269
Outros serviços, incluindo serviços governamentais	-461,894	-392,159
B. Rendimentos	1,844,401	2,331,957
1. Rendimento de trabalho	16,622	10,633
Crédito	16,800	12,698
Débito	-178	-1,865
2. Rendimentos de Investimento	167,592	210,934
Crédito	183,746	210,938
Débito	-16,155	-4
3. Outro renda primária (rendimento do JPDA), crédito/	1,660,188	2,110,190
C. Transferências correntes	359,292	255,647
Crédito	412,238	325,058
Débito	-53,006	-69,411
II. Balança de capital e de Financeira, excluindo Reservas	-1,245,273	-1,506,723
A. Balança de capital	27,334	31,255
B. Balança financeira	-1,272,607	-1,537,978
1. Investimento Directo	-49,931	26,946
1.1 Investimento de Timor-Leste no exterior	0	0
1.2 Investimento do exterior em Timor Leste	-49,931	26,946
2. Investimento de carteira	-1,325,146	-1,508,959
2.1 Activos +/-	-1,325,146	-1,508,959
2.2 Passivos	0	0
3. Outro Investimento	2,608	-55,965
3.1 Activos +	8,382	-60,574
3.2 Passivos	-5,775	4,609
III. Resultado Global (I+II)	79,423	210,542
IV. Erros e omissões	-39,927	-54,266
(as % do comércio total)	-10.52%	-11.88%
V. Equilíbrio global (III+IV)	39,496	156,275
VI. Variação na Res. Internacional Líq. do BPA (aum = -)	-39,496	-156,275
Por memória		
a) Posição dos Activos de reserva 4/	249,916	406,192
b) variação de activos reservas+ investimento líquido em activos financeiros do Fundo de Riqueza Soberana (Fundo Petrolífero)	1,364,642	1,665,234
c) Posição do Fundo de Riqueza Soberana (Fundo Petrolífero)	5,376,626	6,903,997
/p Estimativas oficiais preliminares		
/1 Inclui rendimento (royalties & impostos) da Área de Exploração Petrolífera Conjunta (JPDA), a zona petrolífera explorada conjuntamente por Timor-Leste e pela Austrália	249,916	406,192
/2 Um sinal '+' significa diminuição nos activos; um sinal '-' significa aumento destes com base no Manual da Balança de Pagamentos, 5ª edição (BPM5)	1,364,642	1,383,464
/3 Igual à variação das reservas		
/4 Baseado no conceito de Ativos Externos Brutos (SRF)	5,376,626	6,603,629
Notas:		
a. Este representa o primeiro conjunto de estatísticas oficiais da Balança de Pagamentos compilado pela Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP) com a assistência técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI)		
b. Usam-se os metadados associados para ver o conteúdo dos conceitos, fontes e métodos utilizados		
c. Os royalties e impostos recebidos por Timor-Leste da atividade de exploração de petróleo e gás na JPDA (zona de exploração petrolífera conjunta entre Timor-Leste e a Austrália) são tratados como outro rendimento primário. Com este tratamento, reconhece-se que o papel de Timor-Leste na JPDA não é o de produtor mas sim de proprietário dos recursos naturais. As unidades que procedem a esta são consideradas como não-residentes de Timor-Leste já que a sua base de operações se situa no outro país.		
d. 'Outro rendimento primário' não é uma componente padrão da 5ª edição do Manual da Balança de Pagamentos (BPM5) mas faz parte da próxima edição, BPM6. Este tipo de rendimentos incluem rendas (rendimento obtido por deixar não-residentes explorarem recursos naturais da própria economia) e impostos, menos subsídios, sobre a produção pagos por unidades de produção não-residentes.		
e. 'Outros serviços' (serviços governamentais) incluem serviços fornecidos pelas Nações Unidas e os donativos recebidos pelo Governo de Timor-Leste		

Taxas de câmbio

As relações económicas e financeiras de um país com outro são “intermediadas” pela taxa de câmbio entre a moeda nacional e as moedas dos seus principais parceiros económicos ou, pelo menos, as moedas em que são feitos os pagamentos --- sejam as importações sejam as exportações.

Daí termos todo o interesse em acompanhar a evolução da taxa de câmbio entre a nossa moeda --- no caso o dólar americanos (USD) --- e outras moedas.

Gráfico nº 2.10 – Evolução comparativa (Junho 2009 = 100) das principais taxas de câmbio e da rupia indonésia face ao USD



O gráfico acima ilustra essa relação (não em valores absolutos mas sim em índice (Junho 2009 = 100) entre o dólar americano e a rupia indonésia (IDR), o dólar australiano (AUD), o Euro (EUR) e o iene japonês (JPY).

A evolução das curvas é, em geral, ascendente, mesmo que em alguns momentos/períodos seja descendente. Isso significa que durante o período do ano financeiro em análise o dólar se foi desvalorizando, mais em relação a umas moedas que a outras. O resultado é que por via dessa evolução se deu um encarecimento “natural” dos produtos por nós importados dos nossos principais fornecedores, particularmente a Indonésia e a Austrália, responsáveis por cerca de metade das nossas importações.

Recorde-se que em termos absolutos as taxas de câmbio do USD face à rupia indonésia (IDR) e ao dólar australiano (AUD) foram as seguintes:

1/Julho/2010: 9074 IDR por USD; 1,19 AUD por USD
 1/Julho/2011: 8579 IDR por USD; 0,942 AUD por USD
 (-5,5%) (-21%)

Deu-se, portanto e por esta via, uma “inflação importada” que contribuiu para a subida dos preços internos em Timor-Leste. Recordemos aqui que a taxa homóloga de inflação (em Díli) entre Junho deste

ano e o mesmo mês do ano passado (2010) terá sido, segundo a Direcção Nacional de Estatística, de cerca de 13,7%, cerca do dobro da taxa correspondente no ano passado.

Claro que outros factores contribuíram para esta evolução dos preços mas um deles terá sido, certamente, a evolução da taxa de câmbio. Recorde-se, por exemplo, que a adicionar à desvalorização de cerca de 5% do USD face à IDR se deu também, na Indonésia, uma subida de preços em cerca de 7%. Juntando os dois efeitos os preços dos produtos comprados na Indonésia (1/3 do total, mais ou menos), terão estado, no final do ano financeiro em análise, cerca de 10-12% mais caros que no início do período o que provocou, naturalmente, uma aceleração da inflação entre nós.

Finanças Públicas

Como referimos no relatório anterior são pelo menos duas as principais características das finanças públicas de Timor-Leste que valem a pena salientar aqui: a rapidez do seu crescimento nos últimos anos (ver quadro 2.12 abaixo) e o facto de as receitas serem principalmente (cerca de 80-85%) provenientes de transferências do Fundo Petrolífero (FP).

Em 2010-11 as transferências do Fundo para a conta do Orçamento Geral do Estado (OGE) totalizaram 911 milhões de USD mas as despesas totais do Estado (cujo financiamento é feito pelas transferências a partir do FP e pelas receitas domésticas (96,3 milhões de USD em 2010) não ultrapassaram os 758 milhões. Isto é, o que se retirou do Fundo dispensaria a cobrança de impostos e taxas em 2010 ou, ao contrário, o valor retirado do FP poderia ter sido inferior ao que foi efetivamente.

Como as receitas domésticas foram efetivamente cobradas, isso significa que as receitas totais do Estado foram de quase 910 milhões de USD, gerando um excesso de retiradas do Fundo de cerca de 150 milhões de USD que ficaram à disposição do Governo para fazer face a despesas já de 2011.

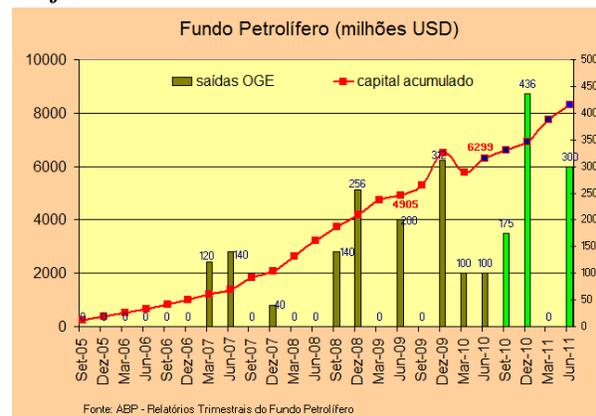
Quadro nº 2.12 - Despesas Públicas

Anos	2008 (Gasto)	2009 (gasto)	2010 (gasto.)	2011 (OGE aprovado pelo PN)
Valor (milhões de USD) variação	480	605 +26%	758 +25%	1306 +71%

Gráfico nº 2.11

O Fundo Petrolífero conheceu, desde o seu início em Setembro de 2005, a evolução retratada no gráfico 2.11 ao lado.

Como se pode verificar, ao longo do ano financeiro 2010-11 foram transferidos para o OGE os já referidos 911 milhões de USD, com 175 milhões em Set10, 436 em Dez10 e 300 milhões em Jun11.



Quanto às despesas públicas durante os 4 trimestres do ano financeiro (3º de 2010 até ao 2º de 1011), foram as seguintes de acordo com os dados divulgados pelo Tesouro nacional:

3º trimestre de 2010: 170 milhões USD

4º trimestre de 2010: 390 milhões USD (Nota: este valor é superior ao conjunto dos outros 3 trimestres de 2010)

1º trimestre de 2011: 80 milhões USD

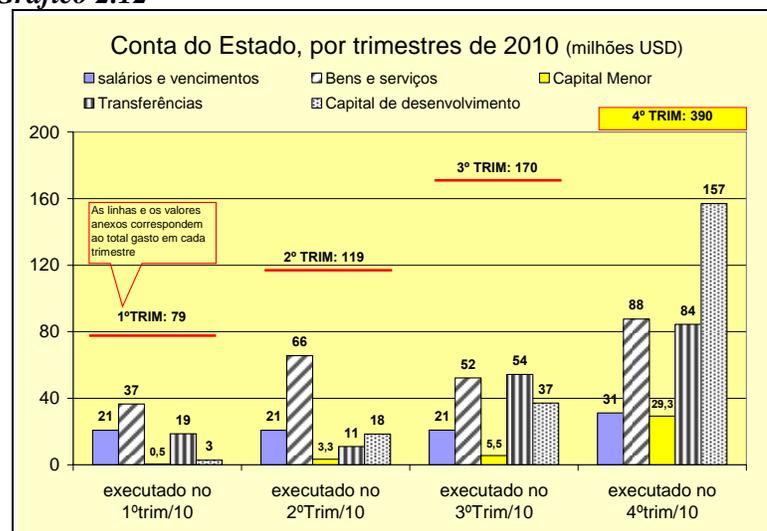
2º trimestre de 2011:

Quanto ao ano civil/fiscal de 2010, as contas públicas publicadas pelo Tesouro reportam o seguinte (vd quadro abaixo) em relação às receitas e às despesas totais:

Quadro 2.13

	Estimativas Orçamentais Originais (milhares de dólares)	Estimativas Orçamentais Revisadas (milhares de dólares)	Estimativas Orçamentais Actuais (milhares de dólares)	Dinheiro Concreto (milhares de dólares)	% Dinheiro Concreto para o Orçamento Actual AF de 2010
RECEITAS					
1. Receitas Domésticas (2+3)	87.200	94.700	94.700	96.360	102%
2. Receitas Fiscais	60.480	47.600	47.600	50.167	106%
3. Receitas Não Fiscais	26.720	47.100	47.100	46.193	98%
4. Receitas de Capital a partir do Fundo Petrolífero	502.000	811.000	811.000	811.000	100%
5. Total de Receitas do Orçamento de Estado (1+4)	589.200	905.700	905.700	907.360	100%
DESPESAS					
6. Despesas Recorrentes (7+8+9+10)	443.188	585.198	584.131	542.754	93%
7. Salários e Vencimentos	97.708	99.099	99.378	93.607	94%
8. Bens e Serviços	210.280	266.998	259.020	242.061	93%
9. Capital Menor	29.809	34.469	41.240	38.594	94%
10. Transferências	105.390	184.632	184.493	168.492	91%
11. Capital e Desenvolvimento	216.808	252.783	253.851	215.437	85%
12. Total Recorrentes + Despesas de Capital (6+11)	659.996	837.981	837.981	758.192	90%

Gráfico 2.12



Além do facto de as receitas totais terem ultrapassado as despesas e de se ter gerado o já referido excesso de levantamentos do Fundo relativamente ao necessário, outros aspetos podem ser salientados numa análise, mesmo que pouco aprofundada, dos dados disponíveis.

Um deles é o facto de no 4º trimestre de 2010 se terem pago mais despesas que no conjunto dos 3 trimestres iniciais do ano. Esta é uma situação pouco vulgar que pode significar a existência de atrasos de pagamentos nos primeiros trimestres e posterior regularização no último (o que é vulgar em muitos países) e/ou, até e eventualmente, o facto de neste se terem feito pagamentos por conta de obras/bens/serviços ainda por fornecer.

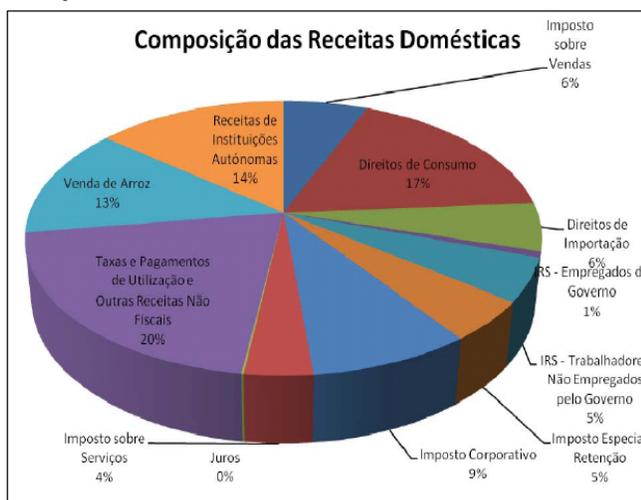
Outro aspeto relevante é o da taxa de execução orçamental quer do total das despesas quer de algumas das parcelas. Quanto ao primeiro, ela foi de 90%, uma taxa que replica, aproximadamente, a que tem sido usual nos últimos anos e que, até por isso mesmo, faz sobressair a ideia de que existe algum nível de sobre-orçamentação relativamente às capacidades de execução do Estado. Claro que aqui pode-se aplicar a lógica do copo meio-cheio ou meio-vazio: ou se orçamenta demais ou se executa de menos... Em 2009 e 2008 esta percentagem foi, respetivamente, de 89% e 80%, percentagens que dão a ideia de se estar a melhorar a capacidade de execução orçamental do Estado.

Olhando para as parcelas, é de realçar o facto de a rubrica com menor nível de execução orçamental ser a das despesas de investimento (“capital de desenvolvimento”) com 85% (83% em 2009 e 76% em 2008). Note-se que parte significativa destes recursos tem sido canalizada para a construção e reconstrução de edifícios públicos, incluindo escolas, e, aparentemente menos que o necessário, para estradas e outras infraestruturas para a circulação de pessoas e bens, fundamentais para o processo de desenvolvimento do país.

Há um aspeto que cremos ser importante mas que, pela natureza dos dados disponibilizados pelos serviços oficiais, não é possível avaliar em toda a sua verdadeira extensão e consequências: o que de, cremos, os preços pagos pelo Estado pelos bens e serviços adquiridos são inflacionados pelos fornecedores. Esta é uma das consequências da “maldição do petróleo” que faz o Estado ser “explorado” pelos fornecedores de bens e serviços e, de alguma forma, “pagar gato por lebre”... Reduzir o impacto deste comportamento dos fornecedores pode exigir o aumento da concorrência entre eles e, muito importante, um mais perfeito conhecimento dos preços no mercado (incluindo os mercados internacionais) dos serviços responsáveis pelas compras (*procurement*) do Estado e o recurso a um grupo de medidores-orçamentistas experimentados (que de início terão, muito provavelmente, de ser estrangeiros recrutados em mercados da região).

Das contas publicadas relativamente a todo o ano civil de 2010 --- e, por isso, não coincidindo com o período em análise --- resulta que a estrutura das receitas foi a que consta do gráfico ao lado.

Gráfico 2.13



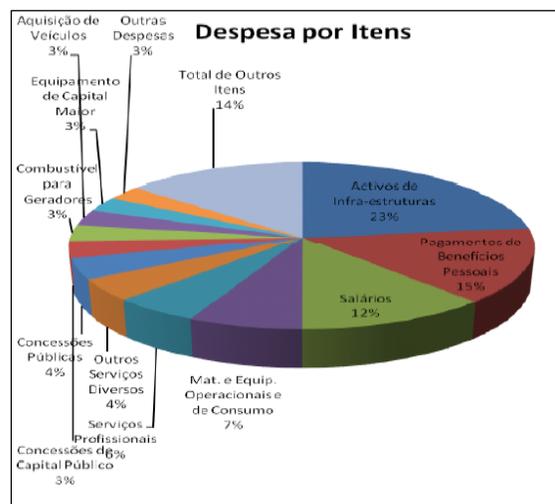
Note-se que as receitas da venda de arroz deverão ter terminado quase no final do ano financeiro (Maio – Junho/2010) já que foi nessa época que o governo deixou de, pelo menos da forma generalizada como vinha fazendo, efetuar a venda do “arroz do MTCT”, a preços mais baixos que os do mercado.

Quanto às despesas, a sua estrutura está ilustrada abaixo:

Gráfico 2.14

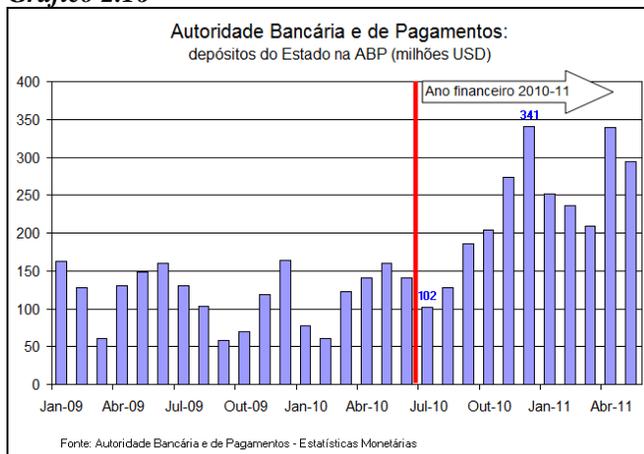


Gráfico 2.15



A cobrança de receitas pelo Estado e a transferência de recursos do Fundo Petrolífero para a conta do OGE (175 milhões de USD no 3º trimestre de 2010 e 436 milhões no 4º) fez com que a evolução dos depósitos do Estado junto da ABP evoluíssem de acordo com o ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2.16



O saldo médio mensal do ano financeiro agora em análise (Jul10-Jun11) foi de 233 milhões de USD enquanto que o saldo equivalente em anos anteriores foi de 159 milhões em 2007-08, 133 em 2008-09 e 112 em 2009-10.

Moeda, crédito e taxas de juro

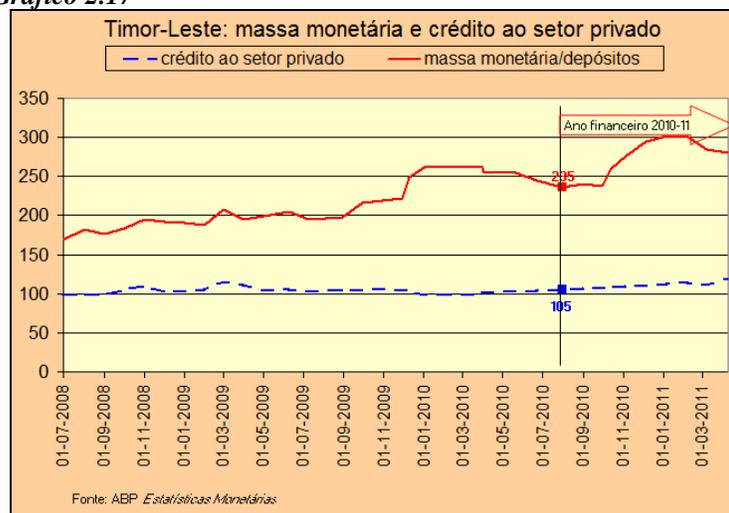
Aquilo a que genericamente se chama “a moeda” é, para os economistas, principalmente a “massa monetária”, o conjunto da moeda em circulação numa economia. É o seu controlo e, principalmente, a taxa de variação da “oferta de moeda”/”massa monetária” na economia que constitui o principal instrumento de política monetária de que se servem os bancos centrais para influenciarem o comportamento da economia e, em particular, o comportamento da taxa de inflação.

Em Timor-Leste a massa monetária em circulação não é, no seu conjunto, determinável já que, por não dispormos de moeda própria e a que usamos ser uma moeda de grande circulação internacional, não sabemos com precisão a quantidade de moeda detida pelo público. Basta lembrarmos que, ainda que com grande grau de incerteza, sabe-se que uma parte significativa das notas de 100 USD importadas pela Autoridade Bancária e de Pagamentos têm uma taxa de “sobrevivência” no território nacional relativamente reduzida pois muitos são os agentes económicos que as usam diretamente nas suas transações internacionais, nomeadamente para transferência para o exterior de rendimentos obtidos em território nacional.

Assim, a massa monetária tal como a define a ABP inclui basicamente o conjunto dos depósitos bancários existentes no sistema bancário e o (pequeno) volume de “centavos” detidos pela população. O valor em dólares que esta detém (fisicamente) na sua posse é a principal componente da massa monetária de que se desconhece o valor exato ou, sequer, aproximado devido às razões já referidas (“porosidade” das fronteiras aos movimentos de entradas e saídas de dinheiro físico).

O gráfico abaixo ilustra a evolução da massa monetária tal como definida acima nos últimos três anos financeiros, destacando-se os valores que ela tinha no início e no fim do ano financeiro de 2010-11.

Gráfico 2.17



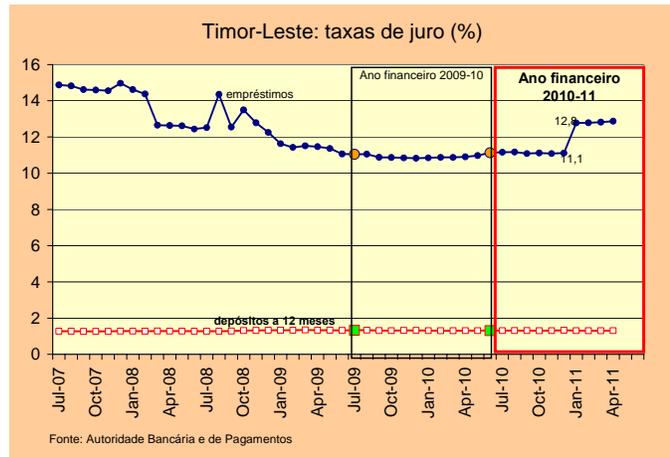
O gráfico (acima) representa também a evolução do crédito bancário, que se encontra como que “umbilicalmente” ligado ao montante de depósitos disponível no sistema financeiro já que é primordialmente com eles que a banca financia os empréstimos que concede.

Como se pode verificar, mantém-se inalterada a existência de um elevado grau de liquidez do sistema bancário, com o montante dos depósitos a representarem mais do dobro do montante de créditos

concedidos. Este excesso de liquidez resulta em aplicações da banca comercial no exterior para rentabilizar esses recursos já que não encontra internamente aplicações compensadoras devido, nomeadamente, à reduzida dimensão do setor privado da economia, excessivamente dependente do setor público. Note-se, porém, que o stock de crédito à economia, cujo volume se manteve muito estável ao longo dos últimos anos, conheceu recentemente um aumento, ainda que se possa continuar a considerar que é limitado.

Um dos determinantes do investimento privado é o custo do dinheiro, a taxa de juro. A taxa de juro dos empréstimos sofreu um aumento em meados do ano financeiro transato, situando-se agora nos cerca de 13%. Como as taxas passivas se mantiveram inalteradas, a taxa de intermediação financeira (a diferença entre as taxas de juro ativa e passiva) subiu, situando-se atualmente em perto de 12%, valor que se pode considerar elevado havendo, parece-nos alguma margem para a sua descida.

Gráfico 2.18



A diferença significativa de acesso a informação económica relevante, a inexistência de alternativas para a aplicação dos recursos financeiros disponíveis pelo público e a (consequente) falta de concorrência entre os bancos pela obtenção de mais depósitos são algumas das principais razões para as taxas passivas se manterem tão baixas ao longo do tempo.

Creemos, porém, que, tal como no passado, as principais limitações ao aumento do investimento resultam de normas jurídicas existentes (ou a criar) e de uma falta de capacidade de criar a legislação que permita alargar o tipo e o valor das garantias reais normalmente exigidas pelos bancos e outras instituições financeiras como garantia da concessão dos empréstimos. É o caso, por exemplo, da “Lei das Terras e Propriedades”.

Chame-se ainda a atenção para o facto de os valores assumidos pela taxa de juro não terem em consideração a evolução da situação económica interna. Por exemplo, a evolução da taxa de inflação não se tem feito refletir nas taxas em vigor. Por exemplo, se considerarmos que a taxa anual média de inflação foi de 6,8% temos que as taxas ativas rondaram os 4,5% em 2010 mas as taxas de juro reais passivas foram fortemente negativas. Isto não incentiva a poupança, contribuindo para que se crie uma mentalidade de gastar “hoje” para evitar que o preço dos bens seja mais alto “amanhã”.

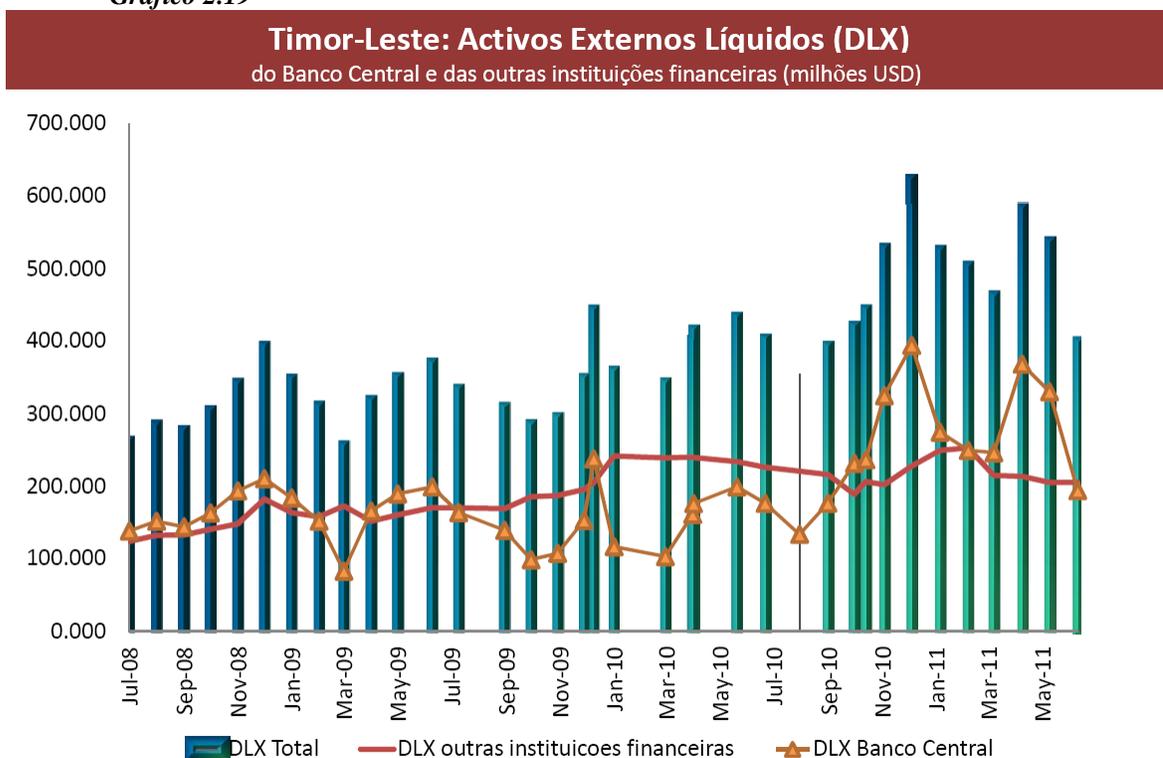
A política monetária deverá ter em conta, cada vez mais, esta realidade que pode estar a contribuir para uma aceleração da própria taxa de inflação.

Quadro 2.14 - Timor-Leste: crédito concedido por setores produtivos

Milhões USD	Estrutura Junho/09 (%)	Junho 2010	Estrutura Junho/10 (%)	Junho 2011	Estrutura Junho/11 (%)
Agricultura, Pescas e Florestas	0,37	500	0,47	3.282	2,6
Indústria e manufaturas	1,83	1.607	1,50	5.186	4,1
Construção	11,91	20.963	19,52	16.766	13,3
Transportes e Comunicações	1,98	2.412	2,25	629	0,5
Comércio e Finanças	12,78	17.900	16,66	28.189	22,4
Turismo e serviços	14,13	7.128	6,64	4.062	3,2
Indivíduos	56,99	56.902	52,98	67.959	53,9
TOTAL	100,00	107412	100,00	126.073	100,0

Finalmente e ainda quanto ao crédito vale a pena apresentar a sua estrutura por setores de aplicação (ver quadro acima).

Gráfico 2.19



Fonte: Autoridade Bancária e de Pagamentos, Estatísticas Monetárias

Uma outra informação importante da área monetária e financeira é representada graficamente acima: as reservas do país em moeda estrangeira, os chamados “ativos líquidos sobre o exterior” ou “ativos externos líquidos” (também referidos na literatura pela sigla “anglófona” DLX), quer sejam detidos pelo banco central do país quer sejam propriedade do sistema financeiro privado.

Note-se que enquanto estes últimos mantêm uma certa estabilidade com tendência ao crescimento --- ligada ao paulatino aumento dos depósitos no sistema bancário nacional ---, os primeiros demonstram uma

instabilidade que se sabe estar associada aos momentos em que o Estado solicita ao Banco Central que transfira para a conta do OGE os recursos originários do Fundo Petrolífero e autorizados pelo Parlamento Nacional. Esses recursos, à espera de efetiva utilização pelo Estado, são usados pela Autoridade Bancária e de Pagamentos para efetuar depósitos no exterior que proporcionem um rendimento que, a manterem-se em “caixa”, não aufeririam.

Os tempos recentes, particularmente os posteriores à crise financeira (e económica) internacional iniciada em 2008, demonstram à saciedade que um sistema financeiro, particularmente a sua componente bancária, só é útil ao desenvolvimento de um país se for sólido e, por isso, confiável. Num país em desenvolvimento (e não só) exige-se ainda que ele tenda a estar acessível a uma percentagem cada vez maior da população.

Infelizmente o sistema financeiro de Timor-Leste, particularmente o bancário, é relativamente incipiente quer quantitativamente --- poucos bancos e agências bancárias e, conseqüentemente, fraco nível da prestação de serviços financeiros ao conjunto da população --- quer qualitativamente --- pouca diversidade e sofisticação dos produtos financeiros disponibilizados.

À ABP não cabe substituir-se ao setor privado na satisfação das necessidades sentidas pela população neste domínio mas sim criar as condições e incentivar, nomeadamente aprovando regulamentos apropriados, o aparecimento de novas soluções.

Durante os tempos mais recentes surgiram duas iniciativas que podem ajudar a completar --- pelo menos numa perspetiva de curto-médio prazo --- a “arquitetura” do sistema bancário do país.

De facto, desenvolvimentos ocorridos durante o ano financeiro em análise indicam estar a caminhar-se para uma cobertura razoável do território nacional e da população com instituições de 3 “níveis” fundamentais: num primeiro nível, mais baixo, a passagem da Instituição de Microfinanças de Timor-Leste a banco comercial sem restrições é um passo importante para cobrir os vários distritos e as necessidades locais de financiamento (principalmente ao nível do microcrédito e das pequenas empresas). Esta evolução é reforçada por diligências da Autoridade para facilitar e enquadrar o aparecimento de instituições de nível local ou regional que, não tendo a complexidade de um banco, prestem às populações os principais serviços financeiros de que elas necessitam, nomeadamente a transferência de valores entre partes do território nacional e algum crédito.

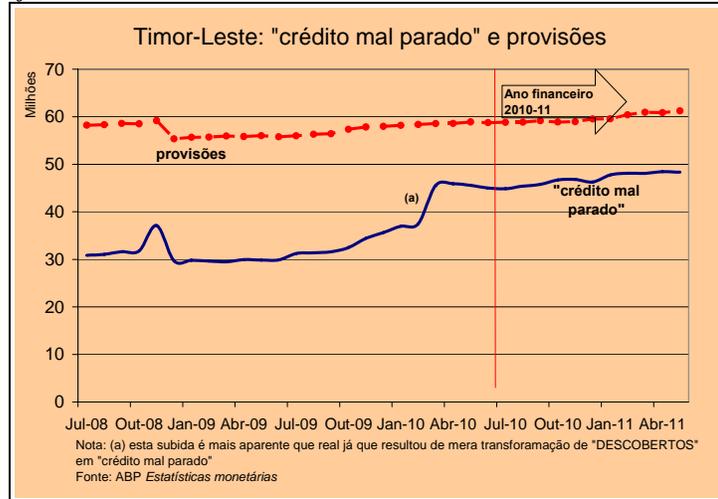
Um segundo nível é coberto pela banca comercial “normal”, mais vocacionada para o financiamento de empresas de média e grande dimensão, incluindo as atividades comerciais ligadas ao comércio internacional. São os bancos (na verdade agências bancárias) estrangeiros atuando entre nós.

A um terceiro nível, superior e como que a fechar a “abóboda” do sistema bancário, estará o Banco de Investimento e Desenvolvimento de Timor-Leste. Este banco está vocacionado para financiar e ajudar a financiar as médias-grandes empresas e projetos de que o país também precisa. Estes projetos tenderão, ao que parece, a ser essencialmente de carácter industrial e/ou de prestação de serviços, mais que de carácter comercial ligado aos negócios de importação.

Da conjugação dos factores referidos resulta que o sistema bancário do nosso país, ainda que apresentando alguns problemas relacionados com a sua juventude, é um sistema sólido e com capacidade para apoiar o desenvolvimento do país.

Essa solidez pode ver-se, por exemplo, no substancial nível de provisões face ao “crédito mal parado”, que tem um nível elevado entre nós (mais de 45% do crédito concedido).

Gráfico 2.20





Praia de Baucau, uma das mais bonitas do país (Foto: A.M. de Almeida Serra)



Por vicissitudes da História, o património edificado de Timor-Leste não é muito rico. Algumas das estruturas herdadas do período colonial português estão em condições de serem reabilitadas e usadas como polos de apoio ao turismo nas suas regiões. Aqui a antiga residência do administrador de posto de Laga, um exemplo de património recuperável e a ser mantido e explorado economicamente envolvendo as comunidades locais

(foto: A. M. de Almeida Serra)